

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE ESTÁGIO BÁSICO EM PSICOLOGIA SOCIAL NO MODELO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

REPORT OF EXPERIENCE ON BASIC INTERNSHIP IN SOCIAL PSYCHOLOGY DURING
EMERGENCY REMOTE TEACHING MODEL

INFORME DE EXPERIENCIA EN PRÁCTICAS BÁSICAS EN PSICOLOGÍA SOCIAL DURANTE EL
MODELO EMERGENCIAL DE ENSEÑANZA REMOTA

Pablo Mateus dos Santos Jacinto ¹

Manuscrito recebido em: 29 de novembro de 2020.

Aprovado em: 14 de março de 2021.

Publicado em: 14 de março de 2021.

Resumo

Este artigo tem por objetivo apresentar reflexões através de um relato de experiência sobre a condução da disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social em uma instituição de ensino superior, durante o período de ensino remoto emergencial devido à pandemia da COVID-19, tendo como discentes estudantes de psicologia majoritariamente no quarto período do curso. O estágio se refere à prática do psicólogo social no contexto de acolhimento institucional. No processo pedagógico, foram priorizados recursos presentes na prática profissional, como relatórios e documentos jurídicos e socioassistenciais e realização de estudos de casos reais. Diante das limitações, a estratégia foi avaliada de modo positivo, embora os estudantes demandem explicitamente práticas presenciais. Aponta-se para a necessidade de realizar o planejamento acadêmico considerando as especificidades da Educação a Distância, não reproduzindo exatamente a lógica do ensino presencial. Sugere-se maiores estudos sobre o tema, já que o campo relatado é recente e, possivelmente, sofrerá alterações permanentes mesmo após a pandemia.

Palavras-chave: Educação a Distância; Estágio; Psicologia Social; Relatos de Casos.

Abstract

This article aims to present reflections through an experience report on the conduct of the Basic Internship subject in Social Psychology in a higher education institution, during the period of emergency remote education due to the COVID-19 pandemic, having psychology students mostly in the fourth period of the course. The internship refers to the practice of the social psychologist in the context of institutional sheltering. In the pedagogical process, priority was given to resources present in professional practice, such as legal and socio-assistance reports and documents and real-world case studies. In view of the limitations, the strategy was positively evaluated, although students explicitly demand face-to-face practices. It points to the need to carry out academic planning considering the specificities of Distance Education, not exactly reproducing the logic of

¹ Doutorando e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia. Docente no Centro Universitário Unijorge. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Desenvolvimento e Contexto Culturais.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4894-5893>

Contato: pablojacintopsi@gmail.com

presential classroom teaching. Further studies on the topic are suggested, since the field reported is recent and, possibly, will undergo permanent changes even after the pandemic.

Keywords: Distance Education; Internship; Social Psychology; Case Reports.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones a través de un relato de experiencia sobre la realización de la asignatura Prácticas Básicas en Psicología Social en una institución de educación superior, durante el período de educación a distancia de emergencia por la pandemia COVID-19, teniendo estudiantes de psicología en su mayoría en el cuarto período del curso. Las prácticas se refieren a la actuación del psicólogo social en el contexto del albergue institucional. En el proceso pedagógico se dio prioridad a los recursos presentes en la práctica profesional, como informes y documentos legales y socio-asistenciales y estudios de casos del mundo real. Ante las limitaciones, la estrategia se evaluó positivamente, aunque los estudiantes exigen explícitamente prácticas presenciales. Señala la necesidad de realizar una planificación académica considerando las especificidades de la Educación a Distancia, no reproduciendo exactamente la lógica de la enseñanza presencial. Se sugieren más estudios sobre el tema, ya que el campo reportado es reciente y, posiblemente, sufrirá cambios permanentes incluso después de la pandemia.

Keywords: Educación a distancia; Prácticas; Psicología Social; Informes de Casos.

Introdução

De tradição presencial, mesmo após a difusão da Educação a Distância (EaD) mediada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), a formação em psicologia tem sido alvo de intensos debates visando à manutenção da qualidade do ensino prestado e uma garantia de formação profissional ética e técnica. Em 2018, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) declarou uma série de ações políticas, orientações e publicações para demarcar o que nomeou de Ano da Formação em Psicologia. Dentre os aspectos da formação tratados durante esse ano, os estágios apresentam uma complexidade peculiar, pois evidenciam a interseção entre a vivência estudantil e a prática profissional (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018a).

Na graduação em psicologia, os estágios são componentes curriculares obrigatórios que representam um importante papel, pois promovem aproximação com contextos práticos de atuação. Ademais, as situações de ensino teórico e supervisão que perpassam as práticas de estágio são oportunas para que o professor acompanhe demandas e promova reflexões com base em experiências reais vivenciadas em tempo real pelos estudantes (SILVA NETO; OLIVEIRA; GUZZO, 2017).

Diante da pandemia da COVID-19, as instituições de ensino superior precisaram repensar as práticas executadas na formação em psicologia. Das atividades propostas no curso da graduação, os estágios foram alvo dos maiores debates. Dúvidas sobre sua real efetividade na modalidade EaD, a adesão dos estudantes e até sobre sua legalidade foram elencadas. Ademais, a forma como o ensino remoto emergencial foi posto, especialmente no início da pandemia, trouxe desafios inerentes às situações excepcionais.

No primeiro semestre de 2020, o planejamento docente, que em geral ocorre antes do período letivo, se referenciou no modelo de ensino presencial. Em março do mesmo ano, aproximadamente um mês após o início das aulas presenciais, as Instituições de Ensino Superior (IES) se viram intimadas a adotar a EaD em praticamente todos os cursos. Essa mudança emergencial gerou impactos no modo como as aulas remotas eram conduzidas, pois no exercício da EaD, não basta adotar as estratégias previstas para o modelo presencial, sem devida adaptação. É fundamental, nesse caso, abarcar as especificidades do modelo remoto na formulação de atividades, recursos educacionais e avaliações. Nesse cenário, observou-se a requisição de apoio mútuo entre colegas e o suporte institucional no que tange aos dilemas da tecnologia e as formas possíveis de ensino. Ainda assim, os corpos docentes e gestores não possuíam base de referência da efetivação do ensino totalmente remoto no curso de psicologia, o que gerou um clima de preocupação seguido da adoção de estratégias de preparação das instituições.

No segundo semestre de 2020, entretanto, já se sabia que o modelo EaD seria adotado até a finalização do momento crítico da pandemia. Isso apresentou aos docentes novos desafios. Quais recursos utilizar? O que já se sabe sobre a adesão dos estudantes ao formato? Quais elementos de cada disciplina podem ser reformulados, inclusive no nível curricular? Em se tratando do ensino de psicologia, quais as especificidades a ser consideradas no planejamento? Dito isso, este relato de experiência busca apresentar reflexões sobre a condução da disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social em uma instituição de ensino superior, tendo como discentes estudantes de psicologia majoritariamente no quarto período do curso.

O estágio básico em psicologia

Os estágios supervisionados básicos em psicologia foram implementados na década de 2000 através da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de psicologia. As DCN instituíram as ênfases curriculares em psicologia, como sendo desmembramentos do currículo comum da instituição em áreas de aprofundamento com disciplinas específicas para essas áreas (SILVA NETO; OLIVEIRA; GUZZO, 2017). Os estágios supervisionados cursados nas ênfases têm caráter profissionalizante e devem representar a atuação prática do psicólogo.

As DCN preveem que experiências práticas sejam executadas mesmo antes do momento voltado para as ênfases curriculares. Essas experiências podem ser parte das disciplinas em geral, porém se reserva componentes curriculares conhecidos como estágios básicos, sendo estes momentos de observação e aproximação do estudante de graduação nos distintos campos de atuação da psicologia. De acordo com as DCN, “o estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum” (BRASIL, 2011, p. 7). De modo a alinhar essas competências às disciplinas teóricas, as instituições comumente tematizam os estágios com base em um ou mais componentes curriculares previstos em cada semestre de referência.

No Ano da Formação em Psicologia, o CFP (2018a) apontou para a necessidade de garantia dos estágios básicos como situações reais de estágio, sendo supervisionadas por professor psicólogo supervisor, apresentando uma complexidade crescente. Em documento apresentado, o CFP elege os seguintes questionamentos a serem realizados pelas instituições no que concerne ao planejamento dos estágios básicos:

- Configuram-se efetivamente como campo de prática?
- Configuram-se como campo de prática interdisciplinar? De prática em contexto de extensão?
- Que conhecimentos, habilidades e atitudes se pretende desenvolver nos estágios?
- Como se vinculam às futuras possibilidades de campos de prática profissional?
- A experiência prática apresentada de forma gradual, ao longo do Curso, permite a estudantes construírem de forma progressiva independência e

segurança para articular a passagem do papel de estudante para o de profissional, integrando saberes, habilidades e competências, e favorece a escolha mais consciente do Estágio Específico? (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018a, p. 59).

Certamente, não se previu a execução dos estágios em modalidade EaD, muito menos o ensino remoto emergencial em decorrência da pandemia da COVID-19, durante a execução desse documento. Na época, ainda que houvesse a possibilidade de certa carga horária da graduação em psicologia ser disponibilizada a distância, era suposto que atividades de cunho prático não seriam executadas nesse formato. Mesmo a atuação da psicologia mediada por TICs apresentava regulamentação restritiva, sendo esse formato de atuação ampliado no final de 2018, quando vigorou a Resolução CFP N° 11/2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018b).

O estágio EaD durante a pandemia

Conforme apontaram Jacinto e Reis (2020), o ensino de psicologia a distância foi regulamentado em 2016, sendo autorizado 20% dos componentes curriculares nessa modalidade. Em 2019, através da Portaria N° 2.117 do Ministério da Educação (BRASIL, 2019), esse limite passa a 40%. A portaria não menciona as atividades de estágio e acrescenta, em seu Art. 4°:

A oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, material didático específico bem como para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC² e no plano de ensino da disciplina (BRASIL, 2019).

Assim, todo o processo de ensino-aprendizagem pode envolver o intermédio das TICs, fortalecendo a EaD como proposta. Apesar dessas deliberações, de antemão, o Conselho Federal de Psicologia não estimulou a realização de atividades de estágio nessa modalidade.

² Projeto Pedagógico do Curso

Em 2020, quando a pandemia tensionou as IES a repensarem seus métodos de ensino, e impôs uma nova condição a professores e estudantes, os estágios tornaram-se centro de discussão. Por um lado, conselhos e movimentos sociais estudantis levantavam argumentos sobre a necessidade de uma prática presencial para a garantia da formação profissional adequada e, por outro, IES e outros grupos de estudantes questionavam as incertezas do término da pandemia e a necessidade de proceder com a formação.

Em parecer emitido em abril de 2020, o Ministério da Educação (MEC) se pauta na argumentação sobre a tradição da mediação tecnológica no ensino superior, no alto número de estudantes matriculados em cursos EaD, e na já aprovada disponibilidade de 40% da oferta de componentes curriculares a distância para declarar possível a realização dos estágios nessa modalidade (BRASIL, 2020). De acordo com o MEC, as instituições devem procurar formas de proporcionar as atividades práticas, de estágio e extensão, excepcionalmente a distância. Estava, portanto, autorizada a realização de estágios EaD durante o calendário emergencial, mesmo em cursos ofertados originalmente de modo presencial.

O Conselho Federal de Psicologia, que historicamente se posiciona contrário ao avanço do EaD na graduação de Psicologia, havia emitido nota em março de 2020, respaldando a não substituição dos estágios e práticas profissionais por experiências EaD (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020a). Não se especifica, nessa nota, posições sobre os estágios básicos. Posteriormente, no mês de agosto do mesmo ano, apresenta um documento completo trazendo recomendações para a prática dos estágios durante o período de ensino remoto emergencial. Nesse documento, aponta para a necessidade de reflexão sobre a mudança do contexto de trabalho do psicólogo e sua consequente reverberação na graduação em psicologia, e traz indicações de atividades que podem ser realizadas tomando como base a atuação profissional no contexto vigente (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020b).

Diante desse cenário, coube às instituições de ensino superior sopesar os posicionamentos das referidas instâncias. Especialmente acerca da graduação em psicologia, ainda que haja posicionamento favorável do MEC, o CFP detém grande influência, pois ocupa uma função de orientação e fiscalização a qual intervirá nos

estudantes após sua graduação. A instituição base para este relato de experiência buscou alinhar as urgências dos estudantes e a qualidade do ensino, garantindo aos estágios básicos um acompanhamento teórico-prático síncrono através de aula remota e reservando horários para atividade de campo assim que as autoridades sanitárias confirmarem a segurança da população.

As atividades aqui narradas compõem essa parcela síncrona referente à disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social. Salienta-se que, mesmo nesse formato, buscou-se ao máximo se aproximar o ensino da realidade profissional, sendo o professor também psicólogo na instituição que serve de campo para a atuação.

Relato de experiência

- Características do Estágio Básico em Psicologia Social

O Estágio Básico em Psicologia Social, antes da pandemia, era realizado presencialmente tendo como campo uma instituição de acolhimento de crianças e adolescentes. Os estudantes observavam e debatiam sobre o trabalho do psicólogo nesse contexto, incluindo escutas, atividades grupais, leitura e elaboração de documentos, articulação com a equipe técnica e rede setorial e intersetorial.

Segundo a proposta presencial, antes de partir para as observações, os estudantes devem realizar um anteprojeto que aponta quais fenômenos de interesse serão focados por cada grupo de trabalho. Esse anteprojeto guia a construção do relatório final de estágio básico e pode culminar em uma análise crítica ou proposta de intervenção. São disponibilizadas 22 horas que devem incluir preparação, inserção no campo e realização do produto final.

O Estágio Básico em Psicologia Social se articula com a disciplina de Psicologia Social, ofertada no quarto semestre do curso, a qual apresenta conteúdos teóricos que auxiliam o estudante a compreender os fenômenos que serão observados em campo. Com a pandemia, a imersão no campo foi impedida e eleva-se o questionamento sobre como trazer essa experiência da melhor forma para o cenário remoto.

Para tanto, um primeiro movimento envolveu elencar quais atividades são realizadas no contexto de trabalho que podem ser realizadas em casa. Mais do que uma discussão teórica sobre o tema do acolhimento institucional, optou-se por transportar parte da função do psicólogo nesse contexto para os momentos de discussão remotos com os estudantes, aproximando-os ao máximo da realidade de trabalho, mesmo sem a presença física na instituição. Essa estratégia envolveu a adoção de recursos específicos e se concretizou em uma avaliação formativa que reflete demandas recorrentes ao psicólogo social.

- Ferramentas e recursos metodológicos utilizados

No decorrer da disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social, as ferramentas e recursos metodológicos adotados buscaram valorizar o uso das TICs. Uma característica da EaD é a elevada importância dos recursos educacionais. Os objetos digitais de aprendizagem pregam um papel fundamental na condução das disciplinas, ao propiciar distintas experiências, com estímulos cognitivos variados (MERCADO; SILVA; GRACINDO, 2008). Essas experiências incidem sobre o aprendizado e podem ter relação com a motivação dos estudantes perante o processo educativo. A aula expositiva, característica central do modelo tradicional de educação, passa a ser mais um recurso, dentre vários possíveis, ao se conduzir o ensino à distância. Entretanto, para o melhor aproveitamento desses recursos, faz-se fundamental a realização de um planejamento adequado.

O uso das TICs pode abarcar as demandas e favorecer a adesão do público jovem ao modelo de ensino, especialmente por se aproximarem de plataformas já adotadas por eles no seu cotidiano, como redes sociais e aplicativos de celular. Ademais, leva-se em consideração a relação estabelecida entre as pessoas em contexto virtual, o qual paulatinamente abarca esferas da vida como a interpessoalidade, educação e formação da subjetividade (ROSA; SANTOS, 2015). Para a condução da disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social, utilizou-se o Ambiente Virtual de Aprendizagem adotado pela instituição. Nesse ambiente há seções de fóruns e espaços para postagem de conteúdos, bem como a

possibilidade de comunicação assíncrona privada com o docente e entre discentes, procurando garantir uma experiência de troca e construção coletiva de saberes.

Utilizou-se também a plataforma Teams® para a realização das aulas síncronas, que ocorriam semanalmente com extensão aproximada de uma hora e meia, após a aula de Psicologia Social. Nas aulas, buscou-se adotar a metodologia do *estudo de caso*. Para tanto, usou-se como aporte: leitura de documentos reais com identificação preservada, realização de questionário, leitura de textos, apresentação de gráficos e tabelas, exibição de documentários e aula expositiva.

A filmagem ou apresentação de práticas interventivas em tempo real não foi possível devido ao caráter da instituição de referência par ao estágio, que lida com situações de criança tuteladas pelo Estado e em segredo de justiça. Para preservar suas identidades de eventuais registros, optou-se por não adotar práticas que expusessem o público atendido.

A escolha pelo estudo de caso se deveu à natureza prática da disciplina. Mesmo sem a observação direta da intervenção, os estudos de caso traziam elementos reais, sendo delineadas problemáticas com início, meio e fim, demonstrando ser ótimos registros da atuação profissional. Buscou-se garantir ao máximo a proximidade entre os momentos síncronos e a realidade do trabalho do psicólogo social.

- Condução dos estudos de caso

Os casos eram apresentados com uma semana de antecedência. Foram divididos grupos de tamanho livre, os quais deveriam trazer apontamentos acerca do caso de referência da semana. Esses apontamentos não foram solicitados por escrito, mas eram narrados pelos grupos ao longo da discussão. Percebeu-se que solicitar apontamentos com antecedência ampliava a leitura da turma sobre os casos e temas correlatos.

Cada caso tinha uma ou mais temática base, referenciados pelas dificuldades reais apresentadas na Política de Assistência Social e nas Instituições de Acolhimento. A inserção do professor nesse campo favoreceu o planejamento, pois as principais demandas eram conhecidas. Cada caso era pautado em uma série de documentos que o englobavam.

Por exemplo, um dos casos se referia à institucionalização de um grupo de irmãos, motivada por negligência. Foram apresentados documentos emitidos pelo Conselho Tutelar, pelo Centro de Referência em Assistência Social que acompanhava a família e pelo psicólogo da instituição de acolhimento que atendeu as crianças. Nesse caso, foi possível trabalhar temas como: atuação do Conselho Tutelar, atuação intersetorial, papéis da proteção social básica e especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), preconceito ao usuário do SUAS, possibilidades de atuação do psicólogo perante essa demanda, como acolhimento, acompanhamento e encaminhamentos. Além desses aspectos, eram apontados equívocos nos documentos apresentados, como possíveis falhas aos Direitos Humanos, ou até problemas estruturais. Como passavam por processo de modificação, para preservar pessoas e instituições, alguns equívocos nos documentos eram colocados e propósito pelo professor, no intuito de perceber se os estudantes prestariam atenção e apontariam por si próprios, ou se seria necessário ser elucidado durante a aula.

O segundo caso que merece destaque tomou como base o documentário Nega (2014), que narra o caso de uma mulher que sofria violência doméstica e vivenciava outras situações de risco social, chegando a ter seus filhos institucionalizados. O documentário chocou a turma, por ser um caso real em um modelo quase autobiográfico, e permitiu que o acolhimento institucional fosse visto a partir de outra perspectiva: a da família que se vê privada de conviver com os filhos. Apesar da estratégia de proteção que o Estado adota perante crianças e adolescentes em vulnerabilidade, faz parte do trabalho das equipes multidisciplinares compreenderem todo o contexto que origina a institucionalização, de modo a agir sobre ele (JACINTO; ARAGÃO; DAZZANI, no prelo). Assim, combater preconceitos e buscar articulações com a rede de políticas públicas é fundamental, e este caso enfatizou esses cuidados.

Um terceiro caso foi organizado com base em um estudo defendido na dissertação de Jacinto (2019), tratando da institucionalização de adolescentes e a possibilidade de desinstitucionalização compulsória por maioria. Como aporte, também foi fornecido um relatório gerado pelo Cadastro Nacional de Adoção, explicitando o perfil de crianças acolhidas e de interesse das famílias postulantes à adoção. Questionou-se enfaticamente

acerca do preconceito, como base para práticas sociais e seus impactos em grupos socialmente vulneráveis. Em todos os casos, era solicitado que os estudantes apresentassem possíveis soluções, sejam elas intervenções diretas com o aporte da psicologia social, ou soluções mais macro, que perpassavam ações políticas e de gestão, também fonte de interesse da disciplina ministrada.

Dessa forma, os estudantes eram estimulados a fazer relações entre os casos discutidos e os conteúdos expressos na disciplina de Psicologia Social, também em âmbito teórico e prático. Temas como: representações sociais, exclusão social, comportamento social, políticas públicas, assistência social, preconceitos e estereótipos, dentre outros, eram com frequência retomados pelo professor, ainda que tivessem sido abordados anteriormente, já que havia estudantes que não cursavam a disciplina teórica, ou cursavam com outro professor, ou ainda já haviam concluído em semestres anteriores. Outra vantagem em evocar esses conceitos jaz precisamente na possibilidade de os estudantes visualizarem como certas abstrações, frequentes no estudo em Psicologia, podem ser vislumbradas no trabalho cotidiano no contexto da atuação em políticas públicas.

- Problemática da avaliação

Outra estratégia de vincular o estágio ao bojo de ações da prática em Psicologia Social partiu da avaliação. Uma primeira questão se formula: como avaliar? Seguindo esse questionamento, buscou-se, com a avaliação, que refletisse demandas recorrentes ao profissional no contexto de referência para o estágio.

A realidade de trabalho no acolhimento institucional demanda a constante elaboração de documentos. Em 2016, o CFP reconheceu que, especificamente na relação entre assistência social e justiça, a solicitação para elaboração de pareceres psicológicos ocupa a terceira maior demanda excepcional aos profissionais (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2016). Considerando que o parecer psicológico não decorre de avaliação psicológica e prescinde da inserção direta do profissional no contexto no qual emerge a questão problema (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019), esse documento foi escolhido para protagonizar a avaliação final da disciplina.

Para tanto, foram fornecidas cinco questões-problema que envolviam os temas discutidos ao longo do semestre, amplamente relacionadas com os casos, e cada grupo ficou responsável pela elaboração de um parecer com base na questão-problema selecionada. Antes da solicitação, foi ministrada uma oficina de elaboração de documentos psicológicos, tendo como referência a Resolução CFP N° 06/2019 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019). Observou-se a relevância dessa oficina, especialmente por se tratar de uma turma da primeira metade da graduação, ainda com pouca experiência com elaboração de documentos.

Uma segunda questão se refere ao *feedback* mútuo: e os estudantes, como avaliam? Mesmo sendo essa uma ocasião excepcional, é prudente conhecer como os estudantes se adequaram ao planejamento proposto, coletar sugestões e identificar pontos a serem melhor trabalhados em ocasiões vindouras. Para tanto, foi organizado um formulário avaliativo e autoavaliativo, através do qual cada estudante, anonimamente, apresentou impressões sobre: eficácia das ferramentas e recursos metodológicos utilizados, conexão entre o contexto debatido e os conteúdos da disciplina de Psicologia Social, reflexão sobre o comprometimento na disciplina de Estágio Básico em Psicologia Social, e comentários e sugestões que contribuam para outras ocasiões.

Conhecer a perspectiva de estudantes de psicologia sobre a EaD foi entendida como fundamental, especialmente diante dos resultados demonstrados por Jacinto e Reis (2020), evidenciando que esse público apresentou avaliações negativas sobre a potencialidade desse método nas disciplinas já ofertadas a distância na graduação regular. Segundo a avaliação discente acerca da experiência narrada neste artigo, os estudantes trouxeram considerações positivas quanto aos recursos adotados, não se referindo a uma perda no desenvolvimento acadêmico. Por outro lado, observou-se que a disciplina era considerada mais a partir do seu conteúdo teórico em comparação com o caráter prático. Os estudos de caso foram identificados muito mais como uma experiência teórica vinda de uma vivência prática, do que como uma atuação prática em si. Em resumo, o estágio básico na modalidade EaD foi avaliado como positivo, contanto que sejam garantidas experiências de inserção presencial no contexto de referência para a disciplina em uma ocasião posterior.

De todo modo, essa avaliação destoa com os achados de Jacinto e Reis (2020). Essas destoância podem se dever ao fato de os estudantes aqui avaliados terem proximidade ao professor e, desse modo, suas respostas serem atravessadas por pré-conceitos e afetos já estabelecidos. O planejamento estruturado para o formato EaD, a realização de atividades síncronas e a compreensão da excepcionalidade do momento também podem ter interferido nas respostas concedidas. Por fim, a compreensão sobre o momento como transitório e excepcional pode ter gerado nos estudantes uma maior aceitação ao modelo, assumindo assim uma maior tolerância às suas limitações.

Considerações finais

Os desafios apresentados pelo momento da pandemia se estendem por todos os níveis de ensino. Na graduação em psicologia, a execução dos estágios, com aproveitamento adequado, foi uma preocupação central. A experiência aqui narrada é disposta em um cenário específico de atuação, se estruturando emergencialmente em uma configuração a distância, envolto em normativas recentes e na formulação de novas práticas em tempo real.

Buscou-se garantir a inclusão de experiências práticas da atuação do psicólogo social para a sala de aula remota. A impossibilidade de transmissão ao vivo das intervenções com o público da instituição de acolhimento foi estimulante para a seleção de outros elementos da atuação que pudessem ser transpostos ao ambiente acadêmico. Diante das limitações, observou-se que as ferramentas e recursos metodológicos foram bem sucedidos, sendo possível a garantia do contato do conjunto discente com situações, documentos, técnicas e intervenções reais. As ações de leitura de documentos, planejamento de intervenções, propostas de atuação para cada etapa dos casos apresentados, reflexões teóricas e escrita documental foram realizadas e associadas pelos estudantes como condizentes com a prática profissional.

Ainda perdura a compreensão da prática do psicólogo social em contextos comunitários presenciais. Entretanto, a Psicologia Social tem expandido os estudos sobre comportamento e modos de subjetivação e participação em contextos virtuais (WEI et al.,

2018; ROSA; SANTOS, 2015). Ademais, com a consequente expansão da prática psicológica mediada por TICs, referenciada pela Resolução CFP N° 12/2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018b), paulatinamente serão moldadas propostas de intervenção em formato a distância. Outro elemento a se considerar é a mudança sofrida em todos os contextos de trabalho do psicólogo durante a pandemia da COVID-19. Ora, a mudança na prática profissional, incluindo seus desafios de adaptação e construção de formas de atuação adequadas, consequentemente reverberaria nos conteúdos dispostos nas instituições que fornecem a graduação em psicologia. A preparação para lidar com cenários emergenciais, incluindo as estratégias metodológicas para a execução desse trabalho, tende a ganhar mais força e fazer parte do escopo de habilidades requeridas pelo profissional psicólogo.

Por outro lado, os estudantes mantêm a expectativa em relação à inserção presencial no campo. Firmou-se, então, um compromisso de proporcionar essa experiência assim que as autoridades sanitárias declarem a situação da pandemia controlada. A garantia da experiência na instituição de acolhimento que demarcou o estágio básico foi estabelecida como compromisso institucional e do contrato entre docente e discentes. Esse interesse, partindo especificamente dos estudantes, demonstra um empenho pela vivência profissional além das obrigações curriculares com notas e avaliações formais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE N° 5/2011**. fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria N° 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Brasília: DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP n° 5/2020**. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília, 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da formação em psicologia:** revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia. Conselho Federal de Psicologia, Associação Brasileira de Ensino de Psicologia e Federação Nacional dos Psicólogos. – São Paulo: Conselho Federal de Psicologia/Associação Brasileira de Ensino de Psicologia, 2018a.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Demandas do sistema de justiça às (aos) profissionais de psicologia lotados nas políticas públicas de saúde e de assistência social.** Brasília, 2016. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/12/Documento-Base-Demandas-do-Sistema-de-Justi%C3%A7a_dez2016.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota sobre atividades acadêmicas nos cursos de graduação em Psicologia em tempos de pandemia.** Brasília, 2020a. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Nota-sobre-atividades-acad%C3%A7as-nos-cursos-de-gradua%C3%A7%C3%A3o-em-Psicologia-em-tempos-de-pandemia-Atualizada-1.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19:** recomendações. Brasília, 2020b. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Caderno-de-orientac%C3%A7%C3%A3o-formac%C3%A3o-e-esta%C3%A7%C3%A3o_FINAL2_com_ISBN_FC.pdf. Acesso em: 15 nov. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 06/2019.** Orientações sobre elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional. Brasília, 2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N° 11/2018.** Regulamenta a prestação de serviços psicológicos realizados por meios de tecnologias da informação e da comunicação e revoga a Resolução CFP N.º 11/2012. Brasília: DF, 2018b.

JACINTO, P. M. S. **Adolescências e acolhimento institucional: a construção de narrativa de identidade diante da possibilidade de desligamento compulsório por maioridade.** 2019.150f. Mestrado – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

JACINTO, P. M. S.; JESUS, R. A.; DAZZANI, M. V. M. Reformulando concepções de infância, pobreza e assistência social: experiência extensionista em uma instituição de acolhimento. IN: ROCHA, R.; TOLOY, D.; SAMPAIO, W. **Psicologia, Sociedade e Desigualdade Social: Boas Práticas na Formação em Psicologia.** Editora Devires: Bahia. No prelo.

JACINTO, P. M. S.; REIS, A. L. P. P. Educação a distância e ensino de psicologia: impasses e possibilidades na perspectiva de psicólogas(os) e estudantes. **EmRede - Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 108-125, 15 maio 2020.

MERCADO, L. P. L.; SILVA, A. M.; GRACINDO, B. R. H. Utilização didática de objetos digitais de aprendizagem na educação on-line. **EccoS Revista Científica**, V. 10, n.1, pp.105-123, 2008. [Consultado: 17 de Novembro de 2020]. ISSN: 1517-1949. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=715/71510106>. Acesso em: 25 nov. 2020.

NEGA. Direção: Fernando Martinez. Fotografia: Martinez Arte Fotográfica. Produção: Martinez Arte Fotográfica e Trevisan Assessoria e Consultoria. Roteiro/Edição: Simone Duran e Fernando Martinez. Obra do projeto Prudente: construindo a igualdade de gênero. Presidente Prudente/SP, publicado em 16 de setembro de 2014. Documentário, 39'18". Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=AEk1_NUrPXY (YouTube). Acesso em: 02 set. 2020.

ROSA, G. A. M.; SANTOS, B. R. Repercussões das redes sociais na subjetividade de usuários: uma revisão crítica da literatura. **Temas psicol.**, Ribeirão Preto, v. 23, n. 4, p. 913-927, dez. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2015000400010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2015.4-09>.

SILVA NETO, W. M. F.; OLIVEIRA, W. A.; GUZZO, R. S. L. Discutindo a formação em Psicologia: a atividade de supervisão e suas diversidades. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 21, n. 3, p. 573-582, Dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572017000300573&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-353920170213111111>.

WEI, W.; WANG, J.; XUANYI, C.; YANG, J.; XIAOWEI, M. Psychological contract model for knowledge collaboration in virtual community of practice: An analysis based on the game theory, **Applied Mathematics and Computation**, v. 329, 2018.